

## CONGRESSO NACIONAL

Haverá sessão deliberativa do Congresso Nacional, na próxima quinta-feira (10/03), para apreciação de *vetos presidenciais*. Entre eles está o veto parcial ao PL 4968/2019 que institui o *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual*, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter, como item essencial, o absorvente higiênico feminino.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- A *pauta de votação* do plenário ainda não foi divulgada.
- As *presidências das comissões* permanentes continuam sem definições.
- Foi publicado, no sábado (05/03), novo ato da mesa diretora da Câmara que mantém o *funcionamento do plenário de forma remota*. Desse modo, os parlamentares continuam votando sem estarem em Brasília. Esse procedimento dificulta o debate e facilita manobras regimentais para a aprovação de matérias polêmicas em tramitação na casa. Diferentemente do ano passado, quando o parlamentar precisava registrar a presença no plenário da Câmara e, somente depois disso, poderia votar de outro local, o novo ato libera da obrigação de registro de presença.

## SENADO FEDERAL

- Na pauta da semana no plenário do Senado figuram dois projetos que tratam sobre o *aumento do preço dos combustíveis*. Tema importante pelo impacto tem sobre a região Amazônia, bastante dependente de transporte fluvial. São eles: 1º) o PLP 11/2020, de autoria do dep. Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT) que altera a Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre a substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis. O relator é o sen. Jean Paul Prates (PT-RJ); e 2º) o PL 1472/2021, de autoria do sen. Rogério Carvalho (PT-SE), que dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo - GLP, cria o Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui o imposto de exportação sobre o petróleo bruto. O relator é o mesmo sen. Jean Paul Prates (PT-RJ).
- Compõe a pauta do plenário do Senado também o PLP 235/2019, de autoria do sen. Flávio Arns (Podemos-PR), que institui o *Sistema Nacional de Educação*, aos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), para estabelecer cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e

os Municípios, em matéria educacional. O relator é o sen. Dário Berger (MDB-SC).

### COMISSÕES DO SENADO

A Comissão de Meio Ambiente (CMA), realizará uma Audiência Pública Interativa, na manhã do dia 09/03, para debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para *evitar o aumento do desmatamento e das queimadas* na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica. Entre os convidados está o presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração da CNBB, dom Sebastião Lima Duarte.

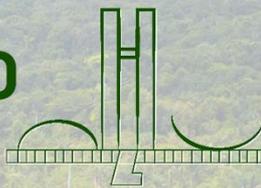
## OUTROS INFORMES

### Janela Partidária

Entre os dias 03/03 e 01/04 ficará aberta a chamada janela partidária. Trata-se do período em que os *parlamentares podem trocar de partidos* sem risco de o partido que o elegeu questionar o seu mandato. A análise do quadro político, inclusive com reflexo na eleição presidencial, só será possível depois de definidas as movimentações dos parlamentares, ou seja, após 1º de abril.

### Ato pela Terra

Acontecerá, no dia 09/03, às 15 horas, em frente ao Congresso Nacional o ato organizado pelo cantor Caetano Veloso que contará com a participação de diversos artistas, entidades e movimentos populares. Neste mesmo dia, uma comitiva irá se encontrar o presidente do Senado, sen. Rodrigo Pacheco, para entregar um manifesto contrário a tramitação de 05 PLs. A saber: 1) PL do novo licenciamento ambiental (2159/2021); 2) PLs da regularização fundiária (grilagem – 2633/2021 e 510/2021); 3) PL do pacote do veneno (6299/2002); 4) PL do novo marco de demarcação para os territórios indígenas (490/2007); e 5) PL que libera a mineração em terras indígenas (191/2020). O líder do governo na Câmara, dep. Ricardo Barros (PP-PR), vem fazendo uma forte movimentação para que o PL 191/2020 seja pautado para votação em plenário. Essa postura reflete um desejo do presidente da república que conta com a concordância do presidente da Câmara. O discurso estratégico do governo vincula as consequências da guerra Rússia-Ucrânia e justifica, com isso, o desrespeito aos povos tradicionais. A desculpa é a suposta independência nacional com relação à produção de fertilizantes. O presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração da CNBB, dom Sebastião Lima Duarte, a pedido da presidência da CNBB, estará em Brasília e participará oficialmente do referido ato. A presença dele dá publicidade ainda maior à Nota (que segue anexa) – assinada por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB, por Dom Roque Paloschi,



presidente do CIMI, por Dom Erwin Kräutler, presidente da REPAM-Brasil, e pelo próprio Dom Sebastião Lima Duarte – que contesta as constantes ameaças aos povos indígenas e seus territórios.

### **Redução de IPI**

O governo federal editou o decreto 10.979/22, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), em até 25%, afetando negativamente a arrecadação tributária em todo Brasil, mas principalmente atingindo a da Zona Franca de Manaus (ZFM). Diante dessa situação, o deputado federal José Ricardo (PT-AM) apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar os efeitos do decreto presencial, impedindo maiores prejuízos à ZFM.

### **Anexo: nota nº 031/2022 da CNBB**

#### **Povos indígenas na Casa Comum: um direito inviolável!**

*Louvado sejas, meu Senhor, que no Cântico das Criaturas recordas que a Terra, a nossa Casa Comum, se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços. Nós mesmos somos terra (cf Gn 2,7; LS 1-2).*

Desde o processo que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, está havendo uma investida para apropriação dos territórios indígenas – seja por mineradoras ou por empresários do agronegócio. Nos dois últimos anos, o Parlamento brasileiro tem tentado permitir a mineração em territórios indígenas, por meio dos Projetos de Lei 490/2007 e 191/2020, que se tornaram prioridades anunciadas pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022.

O primeiro projeto permite exploração mineral, turismo, agronegócio e cria o marco temporal, enquanto o segundo propõe a permissão de pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas, e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

Não é à toa que ministros e lideranças do governo falam há dois anos em “passar a boiada” enquanto o povo está distraído. Agora, com o planeta olhando com atenção à guerra que acontece na Europa, parlamentares governistas querem apreciar em regime de urgência essas proposições, a começar pelo PL 191/20. Sem discussão com o conjunto da sociedade brasileira, esconde-se o verdadeiro desastre social, ambiental e trabalhista que tem sido recorrente nas

empresas de extração mineral, se agravando os conflitos com povos indígenas.

Reiteradamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem manifestado preocupação com as iniciativas econômicas ligadas à mineração, para alterar os territórios preservados em nosso País. É um chamado a todos os cristãos para que protejam a vida, os povos originários e as florestas. Não aceitamos a legalização da poluição dos rios e das populações com mercúrio, a destruição dos barrancos e dos igarapés, a abertura de novas frentes de desmatamento da Amazônia e o genocídio dos povos.

A vida está em primeiro lugar, perante qualquer tipo de argumentação para o desenvolvimento econômico. Para qualquer iniciativa, se faz muito necessário um amplo e irrestrito debate com o conjunto da sociedade brasileira, principalmente os povos indígenas, que bem-informados precisam decidir sobre os usos do território, respeitando-se seus direitos já consagrados na Constituição e nos Acordos e Convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A crise no equilíbrio climático, os fenômenos meteorológicos extremos, a contaminação de territórios até agora protegidos, a criminalização e perseguição de lideranças que defendem suas comunidades e territórios são fruto dos projetos gananciosos do extrativismo predatório, associados a grandes empresas e bancos internacionais.

Parar a tramitação desses projetos e iniciar um debate aberto e profundo é o mínimo que exigimos de nossos parlamentares.

Brasília, 4 de março de 2022.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Dom Sebastião Lima Duarte  
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração

Dom Erwin Kräutler  
Presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM-Brasil

Dom Roque Paloschi  
Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)